



## Revista ADM.MADE

Revista do Mestrado em Administração e  
Desenvolvimento Empresarial - Universidade  
Estácio de Sá

**Revista ADM.MADE, ano 10, v.14, n.3, p.9-27, outubro/dezembro, 2010**

Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade  
Estácio de Sá – Rio de Janeiro (MADE/UNESA). ISSN: 1518-9929

Editora responsável: Isabel de Sá Affonso da Costa

Organizador do volume temático: Roberto da Costa Pimenta

### **O Estado como uma Tecnologia: uma Visão da Evolução do Estado por Meio da Coopetição e dos Ciclos de Hegemonia e de Tecnologia**

*Paulo Vicente dos Santos Alves<sup>1</sup>*

---

Artigo recebido em 04/10/2010. Aceito em 02/12/2010. Artigo submetido a avaliação *double-blind*.

<sup>1</sup> Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Professor da Fundação Dom Cabral (FDC). Endereço: Av. Princesa Diana, 760- Alphaville - Lagoa dos Ingleses - Nova Lima - MG - CEP: 34000-000. E-mail: [pvs@globo.com](mailto:pvs@globo.com).

## **O Estado como uma Tecnologia: uma Visão da Evolução do Estado por Meio da Coopetição e dos Ciclos de Hegemonia e de Tecnologia**

Este texto busca analisar o Estado como se fosse uma tecnologia em evolução. Para isto se utilizou arcabouço teórico de ciclos de tecnologia (ciclos de Kondratiev), e ciclos de hegemonia, que são tipicamente utilizados para analisar a evolução de tecnologias. Esta análise se concentrou no período do ano de 1492 até os nossos dias. Esta análise se revelou útil para a descrição da evolução do Estado, mas diferenças na velocidade de evolução entre as diversas regiões do mundo demonstraram a presença do fenômeno da coopetição, isto é, nos locais onde a competição internacional era intensa isto forçou uma evolução mais rápida, de forma que a competição induzia a cooperação na evolução, ou seja, havia um fenômeno de coopetição. Finalmente este texto se volta para analisar o caso específico do Brasil, utilizando o mesmo arcabouço teórico, concluindo que a história do Estado brasileiro se encaixa bem nesta lógica de ciclos e de coopetição.

**Palavras-chave:** Estado; administração pública; ciclos hegemônicos; ciclos de Kondratiev; coopetição.

**Keywords:** State; public administration; hegemonic cycles; Kondratiev cycles; cooepetition.

### **The State as a Technology: A Vision of the State Evolution Through Coopetition and Cycles of Hegemony and Technology**

This text tries to analyze the State as a technology in evolution. For this purpose, it used the theoretical framework of cycles of technology (Kondratiev cycles), and hegemonic cycles, which are typically used to analyze the evolution of technologies. This analysis has concentrated in the period from the year 1492 to the present days. This analysis proved useful in the description of the evolution of the State, but difference in the speed of evolution between several regions of the world demonstrate the presence of the coopetition phenomenon, that is, in places where the international competition was intense this has forced a faster evolution, in this way the competition induced a cooperation in the evolution, therefore there was the coopetition phenomenon. Finally this text examines the specific case of Brazil, using the same theoretical framework, and concluding that the history of the Brazilian State is well fit in this logic of cycles and coopetition.

## **1. Introdução**

O Estado moderno vem sofrendo processo organizacional típico de evolução nos últimos cinco séculos. A teoria da contingência prevê exatamente que isto ocorre com organizações de todo o tipo, e o Estado não poderia ser uma exceção.

Este texto se propõe a estudar a evolução da organização Estado, ou mais precisamente, sua coevolução com outros Estados à luz dos ciclos de hegemonia e de tecnologia, tentando analisar se existe uma conexão entre eles.

A hipótese central é a de que este organismo (Estado) coevolui de forma previsível e ritmada, sendo ele uma tecnologia de uma sociedade que coevolui com outras sociedades, sendo assim possível utilizar os ciclos para descrever sua evolução. A lógica de que organizações evoluem é uma das principais ideias por trás da teoria da contingência, como explicam Burrell e Morgan (1982). Mokyr (1992) parte do princípio de que são as tecnologias que evoluem a partir das anteriores. As duas idéias portanto

se combinam ao se analisar a organização como uma tecnologia, como diria Schumpeter (2007).

Os ciclos de hegemonias aqui utilizados foram descritos por Arrighi (1996). Para os ciclos de Kondratiev utilizaremos a forma descrita por Freeman e Perez (1988).

## 2. Ciclos de Hegemonia e o Estado

O ano de 1492 é uma referência para o começo do que se chama de mundo moderno. É claro que esta é uma data arbitrária para iniciarmos nossa análise rompendo o contínuo temporal da História, mas esta data guarda grande significância por remeter à descoberta da América por Cristovão Colombo, sendo comumente utilizada para marcar o início do período moderno.

Desde este momento até nossos dias é possível dividir a história em quatro períodos de hegemonia intercalados por guerras de transição de trinta anos de duração (ver Tabela 1).

O término da hegemonia dos EUA e uma futura guerra de transição são hipotéticas baseadas na duração média dos ciclos prévios, porém não pode ser vista como uma previsão confiável.

O que causa tais ciclos de hegemonia ainda é tema de discussão, mas podem-se ver argumentos sobre o ciclo em Olson (1982), em Kennedy (1989), em Tilly (1992), em North e Thomas (1993), em Fischer (1996), em Arrighi (1996), em Wallerstein (2007), e em Frank e Gills (2010).

**Tabela 1: Ciclos de hegemonia e guerras de transição**

Tipo	Período	Explicação
Hegemonia	1492-1618	Hegemonia Genovesa-Habsburg
Transição	1618-1648	Guerra dos Trinta Anos
Hegemonia	1648-1785	Hegemonia Holandesa
Transição	1785-1815	Guerras Revolucionárias e Napoleônicas
Hegemonia	1815-1914	Hegemonia Britânica
Transição	1914-1945	Guerras mundiais (1ª e 2ª Guerra Mundial)
Hegemonia	1945- 2065?	Hegemonia dos EUA
Transição	2065-2095?	??

Fonte: adaptado de Arrighi (1996).

Se não existissem tais ciclos, uma hegemonia poderia durar para sempre, e até atingir a dominância daquilo que Wallerstein (2007) chama de império mundial - o que foi tentado diversas vezes, mas fracassou.

O primeiro ciclo de hegemonia se iniciou com a criação do que chamamos hoje de Estado-Nação e sua transição a partir das cidades-estado. Pode-se dizer que esta é a gênese do Estado moderno no final da Idade Média e início da era moderna. Segundo Cantor (1993) a crise do final da Idade Média disparou uma onda de inovações que gerou a possibilidade da Renascença.

Neste momento da história, os ganhos de escala se tornaram relevantes para que uma tecnologia se tornasse obsoleta. E, num processo típico de destruição criativa, as cidades-estado foram substituídas pelo Estado-Nação. Durante os períodos da hegemonia dos genoveses (caracterizada pelo predomínio do comércio) e dos Habsburgos (caracterizada pelo predomínio militar) surgiram os Estados da Inglaterra, França, Espanha, Portugal. Nem todas as regiões se organizaram pela nova tecnologia, notadamente a Itália e Alemanha, em boa parte por influência dos Habsburgos e de sua estrutura política conhecida como Sacro Império Romano.

A constituição destes Estados pode ser vista por meio das duas forças centrais consideradas por Tilly (1992) para o Estado - isto é, capital e coerção, ou mais simplesmente, uma nova forma de organização, utilizando um termo de Schumpeter (2007) para tecnologias, nos campos militar e econômico. Alves (2008) mostra em seu modelo de competitividade nacional que capital e coerção são centrais no processo de desenvolvimento nacional, ligando em seu modelo estas variáveis com as de North (1990) para o desenvolvimento institucional através da gestão pública.

No campo econômico, a possibilidade de uma moeda única e de um sistema unificado de impostos reduzia imediatamente os custos de transação para os comerciantes, permitindo que as recém-criadas companhias de comércio prosperassem. Estas companhias, mistas de unidades militares com iniciativa privada e com grupos de aventureiros, estavam reestabelecendo o comércio de longa distância perdido desde os tempos romanos.

Um sistema centralizado financeiro também representava a possibilidade de manter uma malha de rodovias mais bem mantida e patrulhada, reduzindo ainda mais os custos de transação.

No campo militar, a introdução em larga escala da pólvora havia quebrado o sistema militar dos cavaleiros e forçado a renascença da infantaria e o surgimento dos exércitos de conscritos. Onde antes o treinamento de um cavaleiro feudal exigia anos de investimento e de treinamento, bastavam algumas horas de treino com um mosquete para criar um infante. Os exércitos mudaram de pequenas unidades de cavalaria para grandes unidades de infantaria conscrita.

Assim sendo, o Estado-Nação apresentava modificações e adaptações nas suas duas dimensões primárias - de economia e de defesa - em relação à cidade-estado.

Importante também é notar o processo de coevolução destas organizações ao longo do período, pois, na medida em que um Estado se consolidava, se adaptava e incorporava inovações, ele forçava seus vizinhos a fazerem o mesmo. Isto é, não havia evolução, mas sim coevolução.

Neste sentido, a Europa fragmentada estava mais apta para esta mudança do que outras regiões do mundo tais como a China da dinastia Manchu, a Índia do Império Mughal, e o Japão do período Edo. Nestas regiões, um governo central forte impedia a evolução de regiões menores e com isto bloqueava o processo de coevolução.

Sob o ponto de vista da inovação, podemos ver o Estado-Nação como uma nova forma de organização que permitia a sinergia maior entre as cidades, tendo assim estas maior acesso a novos mercados e a novas fontes de matéria prima. A mudança de uma

economia feudal baseada na agricultura para uma baseada no comércio e na agricultura pode ser vista como uma nova forma de produção.

Por volta do começo do século XVII o Estado-Nação já estava bem consolidado na Europa ocidental, mas seu sucesso havia criado um novo problema: o de um estado mercantil com colônias por todo o mundo. O modelo básico do Estado-Nação estava em crise e novas tecnologias se tornavam necessárias para resolver novos problemas.

A Guerra dos Trinta Anos pode ser interpretada de diversas maneiras, mas neste texto ela será vista como a crise de transição entre um modelo e outro. O ponto central é que a guerra foi travada entre dois modelos de Estado: o modelo ibérico de Estado centralizador, e um modelo mais flexível e adaptado na sua sinergia com as organizações privadas, o modelo holandês.

O termo companhia é derivado do jargão militar, que representa uma unidade com 70 a 200 homens, mais tipicamente com algo em torno de 100 homens. O termo deriva da palavra *companion* (companheiros em latim), remontando aos tempos gregos. Isto indica a natureza militar do comércio dos séculos XI a XVII, e a origem de uma estrutura rígida e hierárquica enfocada em torno de um objetivo.

Estas companhias se confundiam em termos de aventureiros, de comerciantes e de mercenários, papéis ligados ao comércio neste período. Surgiram também negócios que apoiavam este comércio, tais como hotéis, restaurantes e cervejarias. Bancos também foram setor que se desenvolveu a partir da importação do modelo dos árabes.

Esta lógica quase militar das companhias está associada com a exploração de territórios inóspitos. Inicialmente as rotas comerciais dentro da Europa eram perigosas pois havia o confronto com grupos de bandoleiros. Mais tarde, nas colônias, havia o confronto das companhias em si, e destas com os indígenas. As companhias eram um misto de aventureiros, mercenários e comerciantes. As atividades de comércio e de colonização eram atividades de alto retorno e alto risco.

A mais antiga empresa registrada na Inglaterra é a Company of Merchant Adventurers of London (1407). O próprio nome indica a natureza combinada de um espírito de aventura e de comércio, e da associação de um grupo de indivíduos para perseguir um objetivo comum.

Companhias famosas do período colonial incluem a Levant Company (fundada em 1581), A Companhia das Índias Orientais (fundada em 1602), a London Company (fundada em 1606), e a Companhia das Índias Ocidentais (fundada em 1621).

A Guerra dos Trinta Anos simboliza a transição via conflito de dois modelos distintos, um no qual o Estado faz tudo e outro no qual o Estado é um catalisador dos processos garantindo os direitos de propriedade, sistema judicial, e arranjos institucionais.

Podemos ver que o palco da Guerra dos Trinta Anos se estende muito além da Europa, sendo uma guerra de caráter mundial já que incluiu conflitos no sudeste da Ásia, na América do Sul, na Índia e no Caribe.

Ao final desta guerra, emergiu uma nova potência hegemônica com um novo modelo - a Holanda - com seu Estado mercantilista. A Paz de Westphalia em 1648 também marcou o início de uma nova relação entre os Estados.

Aqui também é importante notar os avanços tecnológicos em capital e em coerção do Estado mercantilista. Em termos econômicos, a separação entre a atividade privada e a estatal visando a sinergia das duas foi avanço fundamental. O Estado não mais tentava cercear e limitar a atividade privada, mas sim estimular por meio de investimentos, e regular por meio de sistema judicial neutro e eficiente. Neste sentido, pode-se ver um organismo desenvolvendo órgãos especializados ao invés de sistemas genéricos menos eficientes. Este é um fenômeno típico de evolução: a especialização.

Em termos militares, a evolução se deu na forma de marinhas armadas com canhões embarcados, e na forma do surgimento de exércitos profissionais em terra. Os dois maiores reformadores dos exércitos da época foram Gustavus Adolphus e Maurice de Nassau. Inovações incluíram padronização de equipamentos, redução do tamanho das unidades, uso de armas combinadas (cavalaria, infantaria e artilharia), maior mobilidade das unidades, treino de tática, além de condicionamento físico. Na guerra naval, a evolução das marinhas da Holanda e da Inglaterra se deu numa coevolução, na medida em que as duas disputavam a poder naval. Os navios com canhões embarcados e as táticas navais avançaram muito neste período.

Neste ciclo hegemônico, os Estados mercantilistas, mais notadamente Holanda, Inglaterra (que se tornaria o Reino Unido depois de 1707) e França, se desenvolveram consideravelmente, alavancando suas economias conforme suas colônias se apresentavam como inovações do tipo novo mercado e nova fonte de matéria prima. Isto só era possível com o Estado mercantilista sendo uma nova forma de organização, e a sinergia entre setor privado e Estado uma nova forma de produção. Os Estados mercantilistas preferiam processar os produtos das colônias - transformando, por exemplo, cana em açúcar ou em rum, ou tabaco em charutos - antes de exportar para a Europa, permitindo que economia e indústria surgissem nas colônias. Isso resultava num ganho logístico no transporte, e num maior desenvolvimento das colônias. Em contraponto, os Estados ibéricos pré-mercantis não permitiam este tipo de agregação de valor, impedindo a evolução da colônia e com perdas logísticas.

A segunda transição hegemônica se deu entre 1785 e 1815 e se confundiu com o final do primeiro ciclo de Kondratiev, ou com a primeira revolução industrial. O sucesso da Estado mercantilista levou ao fortalecimento do sistema capitalista e a uma transição mais geral de Estados patrimonialistas monárquicos para Estados federados e republicanos, onde a liberdade do indivíduo era cada vez maior para perseguir o acúmulo de capital. Esta transição levou ao Estado moderno republicano.

A partir daqui, faz mais sentido seguir esta análise através dos ciclos de Kondratiev, lembrando que a segunda guerra de transição se deu concomitante ao primeiro ciclo, a terceira guerra de transição (ou guerras mundiais) ocorreram durante a transição do terceiro para o quarto ciclo de Kondratiev. Esta transição final levou ao Estado contemporâneo, aqui chamado de Estado Industrial de acordo com a lógica de Drucker (1993); nela, o capitalismo e o comunismo eram duas facetas de uma mesma lógica - o industrialismo - isto é, duas maneiras concorrentes de maximizar a produção industrial e o avanço tecnológico.

### 3. Ciclos de Kondratiev e o Estado

Os ciclos de Kondratiev foram inicialmente descritos por Nikolai Kondratiev em seu livro *The major economic cycles* publicado em 1925, mas se tornaram mais conhecidos pelo uso que deles fez Schumpeter (2007). O padrão utilizado neste trabalho é adaptado de Freeman e Perez (1988) (ver Tabela 2).

**Tabela 2: Ciclos de Kondratiev**

Ciclo	Período	Descrição
1º Ciclo	1770-1820	Mecanização inicial
2º Ciclo	1820-1870	Vapor e Ferrovias
3º Ciclo	1870-1930	Eletricidade e Engenharia pesada
4º Ciclo	1930-1980	Produção em massa e Fordismo
5º Ciclo	1980-2030	Telecomunicações e Informática

Fonte: adaptado de Freeman e Perez (1988).

A identificação dos ciclos levou à discussão de qual seria sua causa, e se esta lógica causal se manteria no futuro ou se seria de natureza temporária.

A melhor explicação encontrada até o momento é a natureza da inovação e da formação de quase-monopólios. Cada ciclo pode ser subdividido em quatro subfases: recuperação, expansão, esgotamento e crise.

Durante a subfase de crise, a inovação é estimulada como uma reação aos riscos e às ameaças da crise, muitas vezes na forma de tecnologias militares. Desta forma, um novo ciclo surge com uma recuperação da crise, na medida em que as novas tecnologias deixam os campos militar e científico para se tornarem aplicações comerciais, gerando novos mercados e induzindo ao crescimento econômico.

Este crescimento se expande na próxima subfase, gerando desequilíbrios econômicos e sociais e levando à criação de gargalos e de barreiras para um crescimento sustentável. Eventualmente o crescimento se reduz e se inicia a subfase de esgotamento, levando a uma competição mais intensa. Com poucas tecnologias entrando no mercado, o crescimento eventualmente se reduz para próximo de zero, e as respostas das sociedades se tornam ainda mais competitivas e agressivas, o que, por sua vez, leva a uma crise generalizada.

Em todas as subfases de crise existiram uma ou mais grandes guerras (ver Tabela 3).

A Segunda Guerra Mundial aparece como uma anomalia nesta análise, uma vez que ocorreu no começo de um ciclo de Kondratiev. Isto pode ser explicado como sendo parte da guerra de transição hegemônica (1914-1945), no qual uma guerra de 30 anos sinalizou a mudança da hegemonia do Reino Unido para os Estados Unidos.

**Tabela 3: Subfases de crise**

<b>Ciclo</b>	<b>Subfase de Crise</b>	<b>Grandes Guerras</b>
1º	1805-1820	Guerras Napoleônicas
2º	1860-1870	Guerras da Criméia e Civil norte-americana, e Tríplice Aliança; Unificações da Alemanha e da Itália
3º	1914-1930	Primeira Guerra Mundial e Período entre guerras
4º	1965-1980	Guerra do Vietnã, Corrida Espacial e Guerras Árabe-Israelenses (1967, 1973)
5º	2015-2030	???

Fonte: elaboração do autor.

Após esta breve introdução na lógica dos ciclos de Kondratiev, podemos prosseguir nossa análise utilizando estes como base para estudar a evolução do Estado ou, mais precisamente, a coevolução dos Estados.

O primeiro ciclo de Kondratiev se iniciou com a Revolução Industrial e imediatamente fez surgir indústrias e organizações que desafiavam a lógica econômica anterior. O crescimento do novo modelo de produção industrializado requeria um novo trabalhador, capaz de ler, de escrever e de fazer as quatro operações matemáticas, bem como ser capaz de operar maquinário. Isto requeria um sistema de ensino para as massas de trabalhadores rurais que aos poucos se transformavam em trabalhadores urbanos, na medida em que se mudavam para perto das fábricas. Um novo sistema educacional era necessário e, com ele, um novo conceito de cidadania surgiu.

O resultado inevitável foram revoluções para criar Estados onde a monarquia era substituída por um sistema republicano, que foi recuperado do passado veneziano, da Idade Média, e do Império Romano. Parte deste arcabouço político teve origem na Paz da Westphalia e da evolução do Sacro Império Romano para uma federação.

A crise do sistema existente com as novas necessidades teve, como resultado, as revoluções norte-americana e francesa, e culminou nas guerras napoleônicas. O sucesso do modelo napoleônico e de seu código civil se espalhou pelo mundo, resultando numa nova forma de Estado moderno republicano.

No campo econômico havia surgido um Estado onde os cidadãos - e não a monarquia - eram donos do país, e o Estado lhes servia, ao invés do contrário. Isto permitia que a livre iniciativa aumentasse de intensidade. Além disto, a própria lógica de uma sociedade industrial com investimento massivo em educação era uma inovação.

No campo militar, os exércitos industrializados feitos por cidadãos tinham uma mistura de conscrição para gerar volume e por profissionais de carreira para garantir a continuidade do conhecimento. Academias militares se formavam e as carreiras estavam abertas a todos os cidadãos, desde que tivessem talento e não necessariamente berço.

O segundo ciclo de Kondratiev viu o surgimento do nacionalismo e do conceito de nação como evento central. Uma vez que as oligarquias precisavam trazer para si a lealdade dos cidadãos, que antes estava nas mãos dos monarcas e das famílias reais. Elas criaram uma simbologia e uma mitologia em torno do conceito de nação, o que

incluía bandeiras, hinos, heróis, datas comemorativas e monumentos, e a construção de um orgulho e de um sentimento de pertencimento nacional para os cidadãos.

Isto ocorreu no momento em que as ferrovias e telégrafos faziam o espaço geográfico parecer menor devido ao aumento das velocidades de transporte e de comunicação. Enquanto, na Europa, as nações precisaram se definir nacionalmente para não serem aculturadas, nos Estados Unidos da América (EUA) a introdução destas tecnologias permitiu a unificação de um país geograficamente disperso e pouco denso populacionalmente.

Mais uma vez este movimento levou a crises, como o surgimento de movimentos nacionalistas na Alemanha e na Itália, e uma crise nos EUA que levou à guerra civil. Na América do Sul, a unificação da Argentina e a expansão do Brasil acabaram por deflagrar a maior guerra do continente, a Guerra da Tríplice Aliança. A Guerra da Criméia pode ser vista como uma tentativa da França e do Reino Unido de frear a expansão da Rússia sobre o enfraquecido Império Otomano.

De particular relevância neste período são a Guerra Civil norte-americana e a Guerra Franco-Prussiana. Em ambos os casos, o vencedor foi o país com as melhores produção industrial e malha ferroviária. Ambas foram guerras de atrito e com linhas relativamente longas, o que se distanciava das guerras anteriores: onde os exércitos marchavam em bloco agora se formavam linhas de frente contínuas. Elas podem ser consideradas guerras de transição, sendo as últimas guerras antigas dominadas pelos líderes heróicos e pelos exércitos em marcha, e as primeiras duas guerras modernas dominadas pela tecnologia, pela produção industrial, pela organização nacional e pelas linhas de frente.

O Estado Nacional Republicano tinha inovações tanto no campo econômico como o surgimento das empresas de capital aberto, ou sociedades anônimas, necessárias para agregar recursos que nenhum indivíduo sozinho poderia ter. E, como consequência desta inovação, as bolsas de valores, onde estas ações eram negociadas. Pode-se interpretar que, no ciclo anterior, o Estado havia sido “socializado” por todos os indivíduos que agora tinham o título de cidadão, e que, neste ciclo, as empresas haviam sido “socializadas” pelo mercado de ações que agora atendiam pelo nome de acionistas. Este é o começo do surgimento de um novo estilo de capitalismo, não mais dominado por um indivíduo fundador da empresa, mas por uma massa de acionistas.

No campo militar, o surgimento do Exército Nacional e das marinhas com navios a vapor e com blindagens mudaram a face da guerra. Os heróis no campo de batalha foram substituídos por sistema de produção e por logística de uma indústria bélica nacional. Este sistema seria expandido nos ciclos futuros. No mar, o final dos navios de madeira e movidos a vela deu margem a uma Marinha de metal e de vapor, onde o heroísmo contava pouco e a produção e a tecnologia navais dominavam o campo de batalha.

O terceiro ciclo de Kondratiev teve, como centralidade, o surgimento da burocracia nacional de forma institucionalizada. Surgiu o Estado burocrático republicano. Aqui o avanço da tecnologia, e particularmente a introdução dos serviços de água encanada, de esgotamento sanitário, de gás encanado, de luz elétrica e de telefonia exigiam uma estrutura cada vez mais complexa do Estado. Além disto, o sistema educacional ficava mais complexo, e houve a introdução do conceito de hospital público. As tarefas centrais do Estado haviam se expandido, de defesa, de

justiça e de infraestrutura, para incluir saúde, finanças públicas, serviços universais, e educação.

Surgiram diversas agências governamentais para cuidar de atividades específicas, e empresas estatais para cuidar de atividades econômicas levadas a cabo pelo Estado.

Isto requeria profissionais treinados e de carreira, e, assim, surgiu o Estado burocrático com funcionários públicos, seguindo os preceitos da Administração Pública, tais como legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, universalidade, impessoalidade e imparcialidade.

O grande teórico da burocracia do período foi Weber, e o grande impulsionador foi o presidente dos EUA Woodrow Wilson. Isto fez surgir, na Europa e nas Américas, um Estado mais caro, porém mais eficiente e eficaz.

Mais uma vez aconteceram mudanças no campo econômico, com o surgimento de empresas estatais e mistas onde se combinavam as lógicas do Estado e da iniciativa privada, bem como serviços de padronização e de normatização de fabricação para garantir a segurança. Neste período, surgiram também os primeiros sindicatos fortes para evitar que a sinergia entre Estado e iniciativa privada deixasse o trabalhador individual fora do sistema. Porém, a grande redução de custos de transação e os ganhos de produtividade foram devidos à introdução dos serviços de utilidades públicas (água, luz, gás, esgoto e telefone) que aumentaram significativamente a qualidade e a expectativa de vida.

Drucker (1993) chama este período de revolução da produtividade, onde a eletricidade, a padronização, e o aumento da escolaridade dos trabalhadores levaram a um salto na produtividade individual. Pela primeira vez na história, algumas sociedades tinham oferta de bens maior do que a demanda, o que fez surgir a necessidade de uma nova disciplina para lidar com o mercado além da distribuição dos bens produzidos - isto é, surgiu o marketing como conhecemos.

No campo militar, a revolução da produtividade e a introdução do motor a diesel levaram ao surgimento das forças armadas modernas. Surgiram aviões e forças aéreas, bem como caminhões e linhas de suprimento. Surgiram também novas necessidades, tais como petróleo, refinarias, e pesquisa e desenvolvimento de forma sistemática e regular.

O período final deste ciclo se confunde com a transição hegemônica do Reino Unido para os EUA nas guerras mundiais. Isto exacerbou a tendência de produção em massa e fez o Estado ter de se profissionalizar e de estimular a produção em grande escala. As duas guerras mundiais foram guerras em que a quantidade de material e de homens cresceu bastante nos campos de batalha, fazendo surgir o termo “guerra de material”.

O Estado passou por mudança, de um Estado burocrático republicano para um Estado industrial. Como resultado das duas guerras mundiais, desapareceu o sistema de competição entre diversas nações - ou multipolar - para surgir um sistema bipolar. Agora a necessidade do sistema ia além do viável para uma única Nação-Estado, e um sistema de diversas nações era necessário. Sendo finito, o planeta permitia basicamente a existência em relativo isolamento de dois grandes sistemas e de um sistema menor: o sistema capitalista ocidental protagonizado pelos EUA, o sistema comunista

protagonizado pela URSS, e, numa escala menor e isolada, a China comunista. Aqui cabe uma análise sobre a lógica de Wallerstein (2010) de sistemas-mundo, onde, neste momento da História, coexistem três sistemas-mundo isolados.

O quarto Ciclo de Kondratiev (1930-1980) teve a cooperação (e coevolução) entre estes sistemas (ou sistemas-mundo) como seu o tema central. Isto forçou os Estados a se tornarem ainda mais complexos e a beneficiarem seus cidadãos para que estes pudessem crescer. No ocidente isto fez surgir a Estado do bem-estar social onde a Estado era visto como uma ferramenta para que os cidadãos reconstruíssem suas vidas depois de duas grandes guerras. Isto foi muito bem sucedido, mas aumentou muito o custo e a complexidade do Estado.

Nos regimes comunistas, a falta de liberdade impedia a livre iniciativa e tudo dependia do Estado, o que aumentou ainda mais a complexidade da administração, e limitou a capacidade de inovação. Apesar do ganho de escala dos sistemas comunistas e da redução de custos de transação, a falta de competitividade e de estímulo para a produtividade impediam a competição interna e, portanto, a coevolução.

No final do ciclo, o sistema comunista dava sinal de esgotamento, e, apesar de ter sido menos afetado pela crise do petróleo da década de 1970, já mostrava a sua incapacidade de transformar tecnologias militares de ponta em inovações tecnológicas de mercado. O caso mais forte talvez seja o da corrida espacial, onde diversas tecnologias foram desenvolvidas por ambos os lados, mas apenas no sistema de livre iniciativa elas frutificaram em tecnologias comerciais.

O sistema entrou em crise generalizada na década de 1970, sendo que provavelmente a data crucial deste movimento ocorreu no ano de 1968, quando ocorreram a ofensiva do Tet no Vietnam, a circunavegação da lua pela nave Apollo 8, a primeira transmissão via satélite, e a primavera de Praga.

Mas antes de prosseguir-se ao quinto ciclo, deve-se terminar a análise do Estado Industrialista em suas duas versões competidoras: o estado do bem estar social do capitalismo, e o estado comunista.

Ambos apresentavam inovações sob o ponto de vista econômico. O Estado se apresentava como um agente econômico de recuperação social e um catalisador das mudanças. Ambos investiam fortemente em tecnologia militar como base de competitividade. Ambos utilizavam um sistema entre diversas nações e não mais um Estado isolado. Mas eles também diferiam. Basicamente a diferença estava na existência ou não de competição interna. Num sistema, a competição interna era vista como negativa, pois criava redundâncias - e, portanto, ineficiências - e um controle centralizado era visto como mais racional. No outro sistema, a competição interna entre as nações do sistema, entre as empresas e entre os indivíduos era vista como necessária para se determinar qual a forma mais eficiente de uma determinada tecnologia, de uma operação ou de um processo. Um controle descentralizado era visto como necessário para manter a coevolução do sistema. Mesmo sendo menos eficiente no curto prazo, isto garantia a evolução no longo prazo.

De fato, no curto prazo o ganho de escala e a centralização do sistema soviético fizeram que a URSS tivesse grandes avanços nas décadas de 1940 e de 1950. O sistema começou a mostrar sinais de fadiga no médio prazo nas décadas de 1960 e de 1970, e, finalmente, entrou em crise a longo prazo na década de 1980.

No campo militar, os avanços tecnológicos são evidentes em ambos os modelos. O desenvolvimento de armas nucleares e de computadores e a corrida espacial são os exemplos mais claros, mas o mais importante foi o surgimento do complexo industrial militar e da pesquisa e desenvolvimento sistemática e de grande intensidade. A aviação comercial, as telecomunicações, a computação e o mundo digital, todos tiveram sua origem na disputa tecnológica dos dois sistemas.

O quinto ciclo de Kondratiev (1980-2030?) se iniciou com uma tentativa de reforma do Estado de ambos os lados, por meio do movimento da nova gestão pública no sistema capitalista, e da Perestroika no bloco comunista. Na China se iniciou a transição para um híbrido dos dois sistemas, chamado de capitalismo de Estado.

Este processo ainda não se completou, e, portanto, o resultado final permanece incerto. Matematicamente, o ciclo teve a década de 1980 com a subfase de recuperação na medida em que a telemática – junção das telecomunicações com a informática – surgiu como uma nova forma de modo de produção. A década de 1990, foram os “exuberante anos 90”, com crescimento acelerado oriundo da subfase de expansão devido à introdução da internet e com o surgimento de diversos novos negócios associados a ela.

A primeira década do século XXI marcou uma transição entre as subfases de expansão e de esgotamento, com sinais claros dos limites do ciclo em 2001 e 2003, e uma crise típica de meio de ciclo em 2008.

De certa maneira, a crise de 2001 teve, como análogos históricos, crises que indicavam a proximidade da subfase de estagnação depois de um longo período de crescimento. Estes análogos são a queda da Bastilha em 1789 (1º ciclo), a comuna de Paris em 1848 (2º ciclo), Guerra Hispano-Americana em 1898 (3º Ciclo), e a Guerra da Coreia em 1951-3 (4º ciclo). Cada um destes eventos marcou aproximadamente a metade do ciclo e o início da subfase de esgotamento

Da mesma forma, a crise de 2007-2008 também teve seus análogos históricos nas crises - ou pânico - de 1796-97 (1º ciclo), de 1857 (2º ciclo), de 1907 (3º ciclo), e de 1959 (4º ciclo). Note-se que a crise de 1959 - a revolução cubana - foi evento mais político do que econômico, mas não menos importante. Estas crises - ou pânico - ocorreram cerca de sete a nove anos depois da primeira crise, o que equivale a um ciclo de Juglar de investimento. É importante notar que as duas crises não funcionam como um relógio - isto é, com exatidão - pois existe alguma variação não explicada.

Seguindo as analogias, pode-se prever que a década de 2010 será de esgotamento e de crescente competição internacional. O sistema bipolar deu lugar a um sistema unipolar ou único sistema-mundo, com competição interna, e esta competição está crescendo e se tornando menos amistosa.

Se a analogia continuar, a década de 2020 será de crise generalizada e provavelmente de guerras regionais, uma vez que a transição hegemônica dos EUA para outra potência ainda deve ocorrer mais no futuro. Especular sobre quais guerras ocorrerão e quais tecnologias surgirão não é o objetivo deste texto.

No meio deste processo incompleto, podemos dizer que o Estado do bem-estar social evoluiu para um Estado reformado pela nova gestão pública. Ao mesmo tempo, a *Perestroika* fracassou, e o regime comunista da URSS chegou ao final. O modelo chinês de capitalismo de Estado ainda está em evolução, mas sofre dos mesmos

problemas de falta de competição interna da URSS. Apesar de na China haver competição oligopolista entre empresas estatais tal competição não é livre e não expurga os modelos fracassados. A crise de 2007-2008 eliminou do sistema ocidental diversas empresas cujos modelos não eram estáveis o suficiente para sobreviverem no longo prazo. A crise é parte inerente do ciclo e algo necessário para a evolução. Embora não seja possível afirmar categoricamente, o sistema chinês pode evoluir para um sistema mais aberto, ou correr o risco de ter o mesmo final do sistema soviético.

Até aqui podemos ver mudanças no sistema econômico do Estado reformado, na medida em que o Estado se retrai de certas atividades que tomou para si no ciclo anterior, de maneira a permitir o avanço da iniciativa privada e a tentar ser menos complexo e mais barato. Tecnologias como parcerias público-privadas (PPPs) e organizações não governamentais (ONGs) podem ser vistas como novas formas de organização que ajudam o Estado a buscar sua sinergia com o mercado e com a sociedade civil, dando mais liberdade de ação para os indivíduos.

No campo militar, a evolução se deu para além de forças de conflito entre blocos. Desde a década de 1980 se vem adaptando o aparato militar para atuar como forças de paz, e em operações de conflito de baixa intensidade, guerra ao narcotráfico e operações antiterrorismo. Os principais conflitos armados de alta intensidade ocorreram desde então na região do Golfo Pérsico em 1991 e 2003, onde se combinam a necessidade de se manter o acesso às fontes de petróleo e estabilizar politicamente os principais regimes locais.

Também cabe aqui notar que muitos problemas contemporâneos - e que devem se estender para o futuro - não são mais solúveis pelo modelo de Estado atual. Problemas de mudanças climáticas, de terrorismo, de disseminação de armas de destruição em massa, de narcotráfico e de crimes internacionais estão fora da capacidade de uma única nação resolver sozinha. Isto nos induz a imaginar que uma nova forma de organização terá de surgir num futuro sexto ciclo (2030-2080?) para lidar com estes problemas. Porém, aqui entramos no campo da especulação, que é um terreno sem possibilidade de comprovação imediata.

#### **4. Coevolução e o Estado**

Podemos agora traçar uma linha do desenvolvimento da tecnologia chamada de Estado, uma ferramenta de uma sociedade para sua auto-organização. Poderemos ver, ainda, os fenômenos de evolução relativos a organizações ou a organismos, para usar um termo ainda mais geral (ver Tabela 4).

O Estado nacional surgiu da agregação de organismos menores, as cidades-estado feudais, mas ainda numa forma genérica e sem especialização. A partir deste momento, foram surgindo organismos internos especializados, tais como o setor privado, que criava sinergia com as atividades estatais.

Um fator central neste processo foi o da competição, que forçava a seleção das melhores estruturas e práticas, eliminando os modelos menos eficazes ou eficientes. Aqui residiu, por boa parte do período de tempo analisado, a principal diferença entre os Estados ocidentais e orientais. Isso porque, no Oriente, até o final do século XIX e o começo do século XX, prevaleciam grandes impérios e reinos centralizadores com baixas competições interna e externa, ao passo que, no Ocidente, a competição dentro dos Estados, e entre os Estados, dominou o cenário desde o século XV.

Neste sentido, a competição interna forçava todos os Estados a evoluírem juntos, o que criou o fenômeno da coevolução: um misto de competição e de cooperação - chamado, pelo neologismo, de coopetição. Estes fenômenos são similares entre organismos que coexistem, sejam eles Estados, empresas privadas, seres humanos individuais ou seres biológicos. Aqui, a dinâmica da coexistência funciona para todos os organismos, um sentido amplo desta palavra.

**Tabela 4 : Evolução da tecnologia Estado**

Período	Estado	Inovações	
		Econômico	Militar
1492-1618	Estado-Nação	Centralização, ganho de escala, moeda única	Conscrição, mosquete, Infantaria, artilharia
1618-1770	Mercantilista	Direito de propriedade, arranjos institucionais, colônias autônomas	Navios artilhados, armas combinadas, profissionalização, tática e mobilidade
1770- 1820	Moderno	Cidadania, código civil, republicanismo, educação pública	Logística, conscrição em massa, meritocracia, artilharia raiada
1820-1870	Nacional	Malha ferroviária, e telegráfica, sociedades anônimas, bolsa de valores, transporte a vapor oceânico	Nacionalismo, vapores, couraçados, fuzil de retrocarga, bala minié, metralhadora
1870-1930	Burocrático	Burocracia, saúde pública, água, luz, gás, esgoto, telefonia, rádio cinema, normatização e sindicatos	Indústria militar, encouraçados, aviões submarinos, caminhões pesquisa e desenvolvimento (P&D),
1930-1980	Bem Estar social	Rede de nações, multinacionais, P&D, geladeira, automóvel, televisão, aviação comercial	Energia nuclear, tecnologia espacial, telecomunicações, porta-aviões, jatos, centros de P&D
	Comunista		
1980-2030	Reformado	Globalização, computação, internet, biotecnologia, ONGs, PPPs,	Aviões robô, guerra centrada em redes, guerra digital, antiterrorismo
	Perestroika		
	Capitalismo de Estado		

Fonte: elaboração do autor.

## 5. O Brasil e os Ciclos

O interesse deste texto se volta agora para acompanhar como estes ciclos e a evolução da tecnologia Estado afetaram o Brasil em particular.

A história do Brasil a partir de 1500 é bem explicada a partir dos ciclos de hegemonia e de Kondratiev, pois os principais eventos históricos se alinham com os ciclos.

O primeiro ciclo de hegemonia (1492-1618) marcou a parte inicial da colonização brasileira, onde a costa foi desenvolvida e era a parte mais avançada das

Américas. A descoberta se deu por parte de um regime de cooperação entre Portugal e a Espanha dos Habsburgos, quase como uma reação a descobertas da América em 1492. Durante este período, se desenvolveram os ciclos do Pau-Brasil e - mais importante ainda - da cana. A produtiva parceria de Portugal e da emergente Holanda fez, do nordeste brasileiro, a região mais desenvolvida das Américas. Enquanto Recife e Olinda prosperavam, as colônias na América do Norte mal tinham sido estabelecidas. Para comparação, Olinda foi fundada em 1537, enquanto Jamestown apenas em 1607. As colônias brasileiras estavam décadas mais desenvolvidas do que as do futuro EUA. Neste momento da história, seria de se prever que o Brasil manteria a liderança no desenvolvimento das Américas. O Estado brasileiro se caracterizava até aqui também por uma natureza colonial, mas com forte liberdade econômica, pois as capitanias hereditárias eram fundamentalmente privadas, contavam com pouco apoio do governo, e as que se desenvolveram mais tinham sinergia com o sistema comercial holandês.

Na parte final do ciclo hegemônico, Portugal teve sua coroa unida à dos Habsburgos e, com isto, a parceria com os holandeses começou a se desfazer. A Holanda entrou em sua guerra de independência em 1548, e Portugal teve sua coroa unificada em 1580. Mas foi só durante a guerra de transição, ou Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que as conseqüências se fizeram sentir mais claramente no território brasileiro.

A transição hegemônica coincide claramente com uma transição no Brasil chamada de "as invasões holandesas", ou mais apropriadamente de "a Guerra dos Trinta Anos no Brasil". A fundação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621 precedeu o ataque inicial em 1624. O final destas invasões coincidiu com o final do período de transição, sendo as batalhas do Guararapes em 1648 e em 1649, e a retirada final dos holandeses cinco anos depois, em 1654.

A transição hegemônica deixou o nordeste do Brasil arrasado, e Portugal excluído do sistema global de comércio, agora dominado pelos holandeses. Sem acesso ao comércio, o Brasil ficou isolado e estagnado economicamente. Esta visão se contrapõe à posição mais tradicional de que um das razões do atraso no desenvolvimento brasileiro se deu por ser uma colônia de exploração. Nesta visão dos ciclos, o Brasil teve sua economia arrasada, e por isto tornou-se mais atrasado no desenvolvimento em relação a outros países da América. A transição hegemônica é fundamental para se entender como o Brasil saiu de uma posição mais desenvolvida para uma menos desenvolvida quando comparado aos EUA

O segundo ciclo de hegemonia teve um Estado Brasileiro ainda colonial, mas sem a sinergia mercantil, justamente quando este modelo se tornava o dominante. Mesmo com as descobertas de ouro a partir do final do século XVII e de diamantes no começo do século XVIII, o desenvolvimento do Brasil não foi muito grande, mas forçou a mudança do eixo econômico do nordeste para o sudeste. O desenvolvimento se limitou à exploração, pois o Estado português mantinha um governo colonial dependente, sem manufaturas e com forte taxaço.

Estranhamente, o Estado brasileiro do segundo ciclo de hegemonia era mais atrasado do que o do primeiro ciclo. Ao contrário da tendência mundial geral - migrar do Estado-Nação original para um Estado mercantilista que buscava a sinergia com o setor privado - no Brasil houve quase que o inverso historicamente.

Somente na segunda transição hegemônica (1785-1815) a situação se reverteu, mais uma vez por eventos que vieram de fora do continente. As revoluções norte-americana e francesa alteraram o panorama mundial. Na medida em que a Holanda ficava mais fraca, Portugal passou a se tornar aliado do Reino Unido. Na fase final das guerras de transição - as guerras napoleônicas - Portugal foi invadido, e uma condição única surgiu no Brasil, a de um reino Europeu com capital nas Américas. A abertura dos portos reintroduziu o Brasil no sistema global de comércio, permitindo que o desenvolvimento reiniciasse.

A parte final da guerra de transição se confundiu também com a fase final do primeiro ciclo de Kondratiev (1770-1820). A derrota de Napoleão em 1815 deixou a Europa em paz, mas esgotada. Neste mesmo ano, o vulcão do monte Tambora entrou em erupção na Indonésia, criando uma cobertura de cinzas que esfriou o planeta e que fez o ano de 1816 se tornar conhecido como o “ano sem verão” no hemisfério Norte. Neste contexto, Portugal voltou a se tornar livre e o processo de independência do Brasil se colocou em marcha, completando-se em 1822, com grande sintonia com o ciclo de Kondratiev.

É importante notar que a primeira crise brasileira se deu justamente nos períodos antes e depois da independência, nos planos tanto político quanto financeiro, de uma jovem nação surgindo. O final do primeiro ciclo de Kondratiev marcou a primeira crise brasileira, assim como o fizeram todos os finais de ciclo de Kondratiev.

O segundo ciclo de Kondratiev (1820-1870) foi marcado pelo período mais forte do Império brasileiro. Logo após a independência, o Estado brasileiro havia mudado de colonial para imperial. O Estado moderno começou a surgir no Brasil com um ciclo de atraso, mas a necessidade de unificação de um território tão vasto e com as diversas guerras de fronteira e revoltas que ocorreram no século XIX forçaram o Brasil e desenvolver-se mais rápido do que o usual, envolvendo aspectos nacionalistas de forma concomitante.

Em 1865, já na fase da crise, se iniciou a Guerra da Tríplice Aliança - ou Guerra do Paraguai - que forçou o governo a uma mudança, com a libertação de diversos escravos para lutarem como voluntários da pátria. Mais uma vez o final do ciclo trouxe crises econômica, política e militar para o País, desta feita geradas na própria região ao invés de iniciadas fora do continente. A economia baseada em agricultura e em mão de obra escrava foi colocada em cheque, e se iniciou, assim, uma marcha de transição para a República, que só se consolidou em 1889, já na fase de expansão do ciclo seguinte.

O terceiro ciclo de Kondratiev (1870-1930) foi marcado pela transição para a República, mais especificamente a República Velha. Neste período, finalmente o Brasil atingiu uma situação de relativa paridade entre o desenvolvimento do seu Estado em relação aos outros países do mundo. O estado burocrático surgiu no Brasil, ainda que mais lentamente do que no resto do mundo neste mesmo período.

Este período foi marcado pela auge da economia cafeeira e pelo início da industrialização brasileira, agora sem as limitações de um projeto imperial baseado apenas em uma economia agrícola.

O final do ciclo foi mais uma vez marcado por uma crise, originada fora do continente. É importante notar que a transição hegemônica do Reino Unido para os EUA (1914-1945) seu deu concomitante com a fase final do terceiro ciclo de Kondratiev e com a fase inicial do quarto ciclo.

O relativo isolamento geográfico do Brasil evitou que ele recebesse os efeitos do começo da transição hegemônica. Na verdade, o não envolvimento direto na transição hegemônica permitiu ao Brasil se alavancar e barganhar sua inserção na fase final das guerras de transição.

Antes disto, porém, houve a crise de 1929, que levou mais uma vez a uma crise política, militar e econômica no Brasil, com a revolução de 1930 e o advento do Estado Novo.

O quarto ciclo de Kondratiev (1930-1980) pode ser subdividido em duas partes na história do Estado brasileiro. A primeira parte é a que se superpõe ao período da guerra de transição hegemônica (1930-1945), que foi marcado pelo Estado Novo. A segunda parte é a posterior a este período, e se estende até o final do ciclo (1945-1980), período marcado pelo retorno à democracia e pelo regime militar.

O Estado Novo pode ser considerado um híbrido de Estado do bem estar social com um regime mais centralizado, uma vez que se configurou como uma ditadura. Nele surgiram avanços sociais que buscavam a melhoria da sociedade e uma maior estruturação nacional, mas havia controle estatal forte, partido único e planejamento central.

A República do período de redemocratização (1945-1964) também foi um híbrido, pois o desenvolvimento ganhou força de interiorização e de integração nacional, a construção de diversas estatais e planejamento centralizado.

O regime militar (1964-1984) não destoava desta lógica, sendo considerado um híbrido. Aqui existiram vários projetos de desenvolvimento grandiosos e uma busca de planejamento central. A contradição curiosa é que o governo era anticomunista, mas adotava diversas práticas e lógicas do comunismo. Esta lógica híbrida pode ser atribuída ao fato de o Brasil situar-se em região de neutralidade ideológica e diplomática entre os dois blocos que se chocaram por todo o período - o bloco comunista e o bloco ocidental - porém se inserindo na lógica comercial do sistema ocidental.

Mais uma vez o período terminou com uma crise vinda de fora da região: a crise do petróleo, que impactou fortemente a economia brasileira. A isto se somou a luta pela volta da democracia, tanto de forma pacífica quanto armada, e mais uma vez o Brasil entrou numa crise econômica, política e, em menor grau, militar.

O quinto ciclo de Kondratiev (1980-2030?) ainda se encontra incompleto. Até a presente data, ele foi marcado pela volta para a democracia a partir de 1985. A forma de Estado dominante foi uma reforma parcial a partir de um Estado híbrido. Ainda se têm grandes projetos de planejamento centralizado e um Estado forte. A reforma reduziu a burocracia e privatizou algumas empresas estatais, mas o desejo de um Estado forte e protetor ainda está vivo nos corações e nas mentes dos Brasileiros.

Ainda faltam 20 anos para o final do ciclo, mas supondo que a lógica dos ciclos se mantenha, a década de 2010 será de competitividade internacional crescente, e a década de 2020 verá crises generalizadas com guerras nas várias regiões do mundo, mas não parece ainda que haverá uma guerra de transição hegemônica. Não é objetivo deste texto especular sobre o futuro, mas sempre houve crises políticas e econômicas nos finais de ciclo no Brasil, isto sugere uma crise nacional na década de 2020.

## 6. Conclusões

Este texto buscou analisar o Estado sob a ótica de uma tecnologia em evolução, dentro do arcabouço teórico dos ciclos de hegemonia e de Kondratiev, e verificou que esta lógica se aplica bem ao Estado, podendo este ser visto como uma tecnologia, ou, mais precisamente, como uma ferramenta de uma sociedade para seu desenvolvimento.

Este arcabouço é particularmente interessante para explicar a evolução do Estado - ou, mais precisamente, a coevolução deste - o que facilita a diferenciação da velocidade desta evolução nas diversas regiões do mundo baseado na existência, ou não, de competição internacional.

Este texto buscou, ainda, analisar a evolução do Estado Brasileiro sob esta mesma ótica, e concluiu que ela se encaixa bem no contexto da história do Brasil. Isto era de se esperar, uma vez que o Brasil teve uma história muito dependente dos movimentos históricos mundiais.

O avanço mais rápido do Brasil em termos de Estado se deu quando este estava inserido no sistema comercial global, sendo exposto à competição internacional, e, no caso do século XIX, quando o nível de ameaça militar foi mais intenso.

Mais precisamente, a lógica dos ciclos permite o desenho de uma nova historiografia brasileira, menos baseada numa lógica de colonização, e mais afeta à lógica da inserção no sistema global desde as grandes navegações.

## Referências

- ALVES, P.V.S. **Gestão pública como fonte de competitividade nacional: um estudo da evidência latino-americana no século XX.** In: MOTTA, P. R. M.; PIMENTA, R. C.; TAVARES, E. **Novas idéias em administração 2.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** London: Heineman, 1982.
- CANTOR, N. F. **The civilization of the middle ages.** New York: HarperCollins, 1993.
- DRUCKER, P.F. **Post-capitalist society.** New York: HarperCollins, 1993.
- FISCHER, D.H. **The great wave: price revolutions and the rhythm of history.** New York: Oxford University Press, 1996.
- FRANK, A. G; GILLS, B.K. **The world system: five hundred years or five thousand?** New York: Routledge, 2010.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment, business cycles and investment behavior. In: DOSI, G. et al. (Ed.). **Technical change and economic theory.** London: Pinter Publishers, 1988.
- KENNEDY, P. **The rise and fall of the great powers.** Glasgow: Fontana Press, 1989.
- MOKYR, J. **The levers of riches: technological creativity and economic progress.** Oxford: Oxford University press, 1992.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_.; THOMAS, R. P. **The rise of the western world: a new economic history.** New York: Cambridge University Press, 1993.

OLSON, M. **The rise and decline of nations**. New Haven: Yale University Press, 1982.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.

TILLY, C. **Coercion, capital and the European states**. London: Blackwell, 1992.

WALLERSTEIN, I. **World-system analysis**. London: Duke University Press, 2007.